

A importância da visita íntima para os presos.

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | agosto 8, 2024



A importância da visita íntima para os presos

Introdução

A visita íntima é um direito garantido aos presos no Brasil e em diversos outros países. Trata-se de um momento em que o detento pode receber a visita de seu cônjuge ou companheiro(a) em um espaço reservado, permitindo a manutenção dos laços afetivos e sexuais. Embora seja um tema controverso, a visita íntima desempenha um papel fundamental na vida dos presos, trazendo benefícios para sua saúde mental, redução da violência nas prisões e preparação para a reinserção na

sociedade.

1. Direito à visita íntima

1.1. A visita íntima como direito humano

A visita íntima é considerada um direito humano básico, reconhecido por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Esse direito está relacionado à dignidade humana e à preservação dos laços familiares, fundamentais para o bem-estar dos presos.

1.2. Regulamentação da visita íntima no Brasil

No Brasil, a visita íntima é regulamentada pela [Lei de Execução Penal](#) (LEP) e por resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). Para ter direito à visita íntima, o preso deve comprovar o vínculo conjugal ou a união estável, além de atender a requisitos como bom comportamento e condições adequadas de saúde.

2. Benefícios da visita íntima para os presos

2.1. Manutenção dos laços afetivos

A visita íntima permite que os presos mantenham o contato físico e emocional com seus parceiros, fortalecendo os vínculos afetivos. Esse contato é essencial para a saúde mental dos detentos, ajudando a reduzir sentimentos de solidão, abandono e depressão.

2.2. Redução da violência nas prisões

Estudos indicam que a visita íntima pode contribuir para a redução da violência nas prisões. Quando os presos têm a oportunidade de manter relações sexuais e afetivas, há uma diminuição da tensão e da agressividade no ambiente carcerário. Isso resulta em um clima mais pacífico e seguro para os detentos e os funcionários das prisões.

2.3. Preparação para a reinserção na sociedade

A visita íntima também desempenha um papel importante na

preparação dos presos para a reinserção na sociedade. Ao manter os laços familiares e afetivos, os detentos têm um suporte emocional que os ajuda a enfrentar os desafios da vida pós-prisão. Além disso, a visita íntima pode ser um incentivo para que os presos se comportem bem e busquem a progressão de regime, visando a liberdade e o retorno ao convívio familiar.

3. Desafios e limitações da visita íntima

3.1. Infraestrutura precária das prisões

Um dos principais desafios para a efetivação do direito à visita íntima é a infraestrutura precária das prisões brasileiras. Muitas unidades prisionais não possuem espaços adequados para a realização das visitas, o que compromete a privacidade e a dignidade dos presos e seus parceiros.

3.2. Burocracia e critérios restritivos

Outro obstáculo é a burocracia envolvida no processo de autorização das visitas íntimas. Os presos e seus parceiros precisam apresentar uma série de documentos e atender a critérios muitas vezes restritivos, o que dificulta o acesso a esse direito. Além disso, a falta de informação e orientação por parte das autoridades prisionais também pode ser um empecilho.

3.3. Estigma social e preconceito

A visita íntima ainda enfrenta o estigma social e o preconceito por parte da sociedade. Muitas pessoas veem essa prática como um privilégio indevido para os presos, desconsiderando sua importância para a saúde mental e a reinserção social dos detentos. Esse preconceito pode gerar pressão política para a restrição ou eliminação desse direito.

Conclusão

A visita íntima é um direito fundamental para os presos, trazendo benefícios significativos para sua saúde mental, a redução da violência nas prisões e a preparação para a

reinserção na sociedade. Apesar dos desafios e limitações enfrentados, é essencial que esse direito seja garantido e aprimorado, por meio de investimentos na infraestrutura das prisões, desburocratização dos processos e combate ao estigma social. Somente assim será possível promover a dignidade humana e a reintegração social dos presos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.